

HABEAS CORPUS Nº 501.799 - SP (2019/0092128-4)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ÉRICA LEONI EBELING - SP323262
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DENIS WESLEY DOS SANTOS (PRESO)
PACIENTE : GEOVANE DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de DENIS WESLEY DOS SANTOS e GEOVANE DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 1500936-02.2017.8.26.0536).

Consta dos autos que os pacientes foram condenados, em primeiro grau de jurisdição, às penas de 6 anos de reclusão, em regime inicial fechado, e multa pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal (e-STJ fls. 15/21).

Irresignadas, as partes interpuseram recursos de apelação, os quais foram improvidos (e-STJ fls. 22/31), em acórdão assim ementado:

ROUBO MAJORADO - Configuração. Materialidade e autoria comprovadas. Confissão judicial de Denis corroborada pelas declarações da vítima e do policial militar, tudo em harmonia com o conjunto probatório. Negativa de Geovane isolada - Crime praticado com emprego de arma de fogo e concurso de agentes - Latrocínio tentado. Impossibilidade - Condenações mantidas.

PENAS e REGIME PRISIONAL - Bases acima dos mínimos. Dolo exacerbado. Razoabilidade - Atenuantes (confissão e menoridade). Redução adequada - Duas causas de aumento. Elevação mínima (1/3) - Regime inicial fechado - Detração penal. Descabimento. Competência do Juízo da Execução - Apelos desprovidos.

No presente *mandamus* (e-STJ fls. 3/10), a impetrante sustenta que o acórdão impugnado impôs constrangimento ilegal aos pacientes, pois

manteve sentença que exasperou as penas-base com fulcro em argumentos genéricos e relacionados a circunstâncias inerentes à configuração do crime de roubo circunstanciado. Ainda em relação às penas-base, assevera ser desproporcional o incremento realizado.

Alega, outrossim, que o regime prisional mais gravoso baseou-se na gravidade abstrata do delito e, tratando-se de pacientes primários, condenado a penas que não excedem 8 anos de reclusão, o regime adequado seria o semiaberto.

Ao final, formula pedido liminar para que os pacientes possam aguardar em liberdade o julgamento deste *write*, no mérito, pede a redução das penas e o abrandamento do regime inicial.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção dos pacientes.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, pois, a princípio, o estabelecimento do regime inicial fechado possui lastro em fundamentação concreta e idônea.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Suficientemente instruída a impetração, dispenso informações.

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA

Relator

